

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Sinergia entre incorporadoras é dúvida, e mercado penaliza ações	2
Título: Aneel e governo preparam desoneração tarifária	3
Título: O Tordesilhas do gás natural.....	5
Título: Inversão de valores entre Defesa e Educação no orçamento	7
Título: PPSA	9
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	9
Título: Passo a passo	9
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	10
Título: União reserva R\$ 4 bilhões para criar estatal de energia	10
VEÍCULO: O Globo.....	13
Título: Promessa de renascimento da indústria naval foi à pique e terminou na Lava-Jato ..	13
Título: Nova aposta no setor de gás.....	14

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 20/08/2020****Seção: Empresas****Autor: Talita Moreira — De São Paulo****Título: Sinergia entre incorporadoras é dúvida, e mercado penaliza ações**

O mercado reagiu com ceticismo à proposta de fusão entre Gafisa e Tecnisa. Combinações de negócios entre incorporadoras não têm um histórico muito favorável e as sinergias da operação não estão muito claras.

As ações da Gafisa fecharam o dia em baixa de 6,52%, cotadas a R\$ 5,16. Os papéis da Tecnisa recuaram 5,55%, para R\$ 10,55. O Ibovespa caiu 1,19%.

Um gestor de fundos imobiliários afirma, reservadamente, que não vê muito espaço para sinergias em custos fixos - uma das vantagens da operação alegadas pela Gafisa. Na visão dessa fonte, não é tão simples capturar ganhos no processo porque cada empreendimento tem peculiaridades de local, projeto e público-alvo.

Onde há algum espaço para economia, de acordo com essa fonte, é no segmento de baixa renda - em que a Tecnisa atua, mas a Gafisa, não. "Incorporação é um negócio que tem deseconomia de escala", afirma.

Outro ponto que desperta dúvidas é como ficaria a gestão da empresa combinada. Incorporação costuma ser uma atividade em que o "olho do dono" é importante, diz um gestor.

Um aprendizado da última crise do setor, na visão de fonte ligada a um banco, é que a concentração geográfica costuma ser positiva nesse mercado. No boom imobiliário do início da década, algumas incorporadoras expandiram suas operações Brasil afora, mas não conseguiram rentabilizar esses negócios porque o mercado imobiliário tem nuances regionais e poucas sinergias. Nesse aspecto, Gafisa e Tecnisa têm atuação principalmente em São Paulo e no Rio.

Apesar disso, não há preocupações com a operação do ponto de vista financeiro. Outro executivo de banco lembra que as empresas são pequenas e a exposição a elas é baixa. Um gestor também diz que ambas se capitalizaram e reduziram muito a alavancagem.

Numa apresentação sobre o racional do negócio, a Gafisa apontou que o caixa combinado seria de R\$ 1 bilhão e haveria sinergias em áreas como gestão e processos, sistemas e infraestrutura, e área administrativa, além de melhor acesso ao mercado de capitais.

A ideia da fusão teria partido de uma provocação feita pelo Banco Máxima, apurou o **Valor**. Agora, a Gafisa está selecionando um banco para assessorá-la. Há conversas avançadas com o Credit Suisse. **(Colaborou Chiara Quintão)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/08/2020

Seção: Empresas

Autor: Letícia Fucuchima — De São Paulo

Título: Aneel e governo preparam desoneração tarifária

Passadas as grandes turbulências da pandemia, que exigiram respostas rápidas para evitar maiores estragos no curto prazo, o governo e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) estão avançando com a agenda de desoneração das tarifas de energia. A ideia é atuar em novas frentes, e junto ao Congresso, para reduzir de forma efetiva o peso dos custos com geração, subsídios e tributos e encargos embutidos nas tarifas.

Ao **Valor**, o diretor-geral da Aneel, André Pepitone, afirmou que está prevista, ainda para esta semana, a edição de uma medida provisória estruturada pelo **Ministério de Minas e Energia (MME)** contendo “comandos” para a desoneração das tarifas. Segundo Pepitone, o texto trará, entre outras ações, uma solução para diluir o aumento esperado com revisões extraordinárias (RTEs) das tarifas das distribuidoras que eram da Eletrobras e foram privatizadas em 2018.

“Essa MP vai conter comandos de ordem mais geral para desonerar a tarifa, a tarifa da região Norte e Nordeste, e dessas empresas que eram do grupo Eletrobras e foram licitadas. A transição do modelo estatal para o privado nessas empresas precisa de alguns comandos de política pública para que o consumidor dessas regiões não seja prejudicado ou onerado de forma excessiva”.

O modelo de privatização das ex-distribuidoras da Eletrobras, nos estados do Acre, Alagoas, Amazonas, Piauí, Roraima e Rondônia, previa que os novos donos teriam direito a pedir revisão das tarifas para atualizar a base de remuneração e reconhecer novos investimentos. Muitos desses processos ainda não saíram, e estima-se que, em alguns casos, clientes dessas distribuidoras possam ter aumentos tarifários até superiores a 20%.

O assunto chegou a ser discutido na regulamentação da “Conta Covid”, empréstimo emergencial ao setor elétrico. O diretor Sandoval Feitosa propôs a inclusão dos valores dessas RTEs no empréstimo, mas a sugestão acabou não vingando. Agora, o governo está debruçado sobre o tema e deve incluí-lo na

MP. Procurado, o MME confirmou a intenção de publicar a medida provisória nesta semana, mas não deu detalhes. Segundo a pasta, “ainda é um ato em preparação”.

Além disso, está na mira do regulador e do governo a redução dos subsídios aos consumidores das chamadas “fontes incentivadas”. Hoje, quem compra energia de fontes como eólica, solar e biomassa tem desconto no uso do fio. Esses subsídios cresceram 32% ao ano entre 2013 e 2019, somando R\$ 3 bilhão no ano passado, acompanhando a crescente entrada no sistema de usinas renováveis com energia vendida no mercado livre. Entre 2018 e 2019, os pedidos de outorgas de usinas do tipo saltaram de 320 MW para 8.660 MW.

“São fontes que já alcançaram sua maturidade, entendemos que esse subsídio não tem mais sentido. Vamos respeitar os contratos, isso valeria para frente, para novos empreendimentos”, diz o diretor da Aneel. Ele observa que já há previsão para o fim desse benefício no projeto de modernização do setor (PLS 232), que tramita no Congresso. “Mas possivelmente o governo deve tomar alguma medida e antecipar a retirada desses subsídios, isso está em discussão avançada com MME e Ministério de Economia.”

Outro ponto que pode trazer alívio importante na conta de luz são os R\$ 37,7 bilhões de crédito tarifário, em favor do consumidor, relacionados a decisões judiciais que excluem a alíquota de ICMS da base de cálculo PIS/Cofins. Desse total, R\$ 22,7 bilhões são de ações com trânsito em julgado, sem espaço para recurso, e R\$ 11,7 bilhões já foram habilitados pela Receita Federal como crédito tributário. A Aneel ainda precisa regulamentar o tema e definir como isso será aplicado às tarifas. “Hoje, não temos a regra. Porém, já autorizamos que duas distribuidoras antecipem essa devolução, a Escelsa e a Cemig”.

Ainda nos esforços futuros da agenda de desoneração tarifária, Pepitone destaca a revisão da tarifa da usina de Itaipu - a partir de 2023, acaba a amortização da usina e sobram os valores de operação e manutenção; a recalibragem do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), espécie de “condomínio” de hidrelétricas; e a revisão das normas para a geração distribuída de energia.

Do que já foi feito até então, ele cita o decreto que está reduzindo progressivamente os descontos dados a alguns consumidores (rural e saneamento, por exemplo) até a extinção total, em 2023. Também menciona a quitação antecipada da “Conta ACR”, que retirou R\$ 8,4 bilhões das contas de luz, e o desenho da “Conta Covid”, que permitiu a diluição no tempo de elementos que seriam incorporados às tarifas neste ano, como o valor da energia proveniente de Itaipu, cotada em dólar.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 20/08/2020****Seção: Opinião****Autor: Lucien Belmonte****Título: O Tordesilhas do gás natural**

A evolução proporcionada pela nova Lei do Gás é fundamental para viabilizar o combustível em condições mais competitivas, devendo destravar investimentos significativos nos próximos meses. Seguramente esse processo vai ajudar o país a ter fôlego para a retomada econômica no pós-pandemia. Mas é importante ter em mente que a mudança legislativa corresponde a apenas um primeiro passo: problemas estruturais fazem com que as tarifas de US\$ 6 ou US\$ 7 por milhão de BTU pagas por concorrentes mundo afora ainda sejam possibilidades de médio e longo prazo, dependentes de uma evolução mais profunda.

Os problemas do setor começaram muito antes da existência de um mercado de gás digno desse nome, numa época em que o país praticamente só queimava o gás associado ao petróleo em flaire. Ao determinar que “Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado (...)”, a Constituição Federal de 1988 amarrou o setor a uma dinâmica que provoca controvérsias até hoje. É que esse Tratado de Tordesilhas para os mercados de gás “descobertos e por descobrir” - como mencionava o tratado entre Espanha e Portugal se referindo às terras da América - deixa espaço para o entendimento, de governos estaduais e concessionárias, de que tal monopólio contempla a comercialização de gás.

O combate à aprovação da nova legislação é mais uma tentativa de manter o mercado com um ‘cabresto’, empurrando para Estados e consumidores os custos de uma interiorização de gasodutos que só traria benefício aos concessionários monopolistas

A governança do setor nessas condições é complexa, considerando as particularidades de cada Estado. Impossíveis também são as bases de funcionamento desses mercados. Na maioria dos casos, faltam agências reguladoras e as tarifas são definidas sem qualquer debate. Ainda, em diversos Estados há retornos mínimos obrigatórios de 20% sobre todos os investimentos feitos e não houve processo licitatório para a definição dos responsáveis pelas concessões. A ineficiência regulatória é observada mesmo nos mercados mais desenvolvidos, como São Paulo e Rio de Janeiro.

Não é à toa, portanto, que concessionárias de distribuição façam da legislação e de resoluções ultrapassadas suas trincheiras contra qualquer possibilidade de descoberta de novos mercados de gás. O combate à aprovação da nova

legislação que estão promovendo é mais uma tentativa de manter o mercado existente com um “cabresto”, empurrando para Estados e consumidores os custos de uma interiorização de gasodutos que, feita nas atuais condições, só traria benefício aos concessionários monopolistas.

Esse diagnóstico reforça a necessidade de se desenvolverem mecanismos regulatórios que garantam a viabilidade técnica, econômica e jurídica da abertura do mercado prometida pela nova Lei do Gás. O Plano Mansueto, natimorto em 2019, foi uma tentativa nesse sentido, condicionando o acesso a financiamentos com garantia da União a Estados que se propusessem a abrir o mercado de gás. Mas, um ano depois, os mercados livres se limitam a iniciativas isoladas. As indústrias seguem pagando, em média, US\$ 14 por milhão de BTU. Até porque, por mais que se resolvam os problemas na legislação relativos ao desenvolvimento do mercado livre nos Estados, mais de um terço do valor que compõe as tarifas finais do gás é fixa.

Contribuem nesse sentido problemas como a indefinição das condições de compartilhamento das unidades de processamento e dos gasodutos de escoamento das plataformas offshore para a costa - previsto na lei, mas dependente de regulamentação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). No transporte, a forma de venda dos gasodutos - recentemente adquiridos pela NTS e TAG por cerca de US\$ 15 bilhões - mostrou-se perniciosa, com a manutenção das condições praticadas pela Petrobras. Também há dúvidas quanto ao gás release, que obriga a venda de gás natural da estatal para outros atores, de modo a incentivar uma maior diversidade de agentes no mercado.

O choque de realidade ainda se manifesta na reinjeção do gás. A previsão da ANP é que o volume reinjetado nos reservatórios do pré-sal atinja 60 milhões de m³/d em 2023, o equivalente a quase todo o gás usado no país hoje. Essa é uma demonstração da incapacidade de se estabelecer uma real política pública em favor do melhor uso desse bem comum. A cobrança de royalties e ICMS sobre o gás reinjetado poderia ser um estímulo para mudar essa realidade.

O gás do pré-sal também impõe um desafio no que diz respeito a sua composição, com maior porcentagem de etano do que a média. Mas, em vez de destinar o insumo à cadeia petroquímica, a Petrobras tem trabalhado para mudar a especificação. Só que, além de representar um pior uso econômico do etano, poderia causar problemas nos equipamentos dos consumidores e aumentar a emissão de poluentes. A ação também sugere uma tentativa de arbitragem de preços dos combustíveis e dos insumos petroquímicos.

Os problemas em curso indicam que os desafios para a indústria brasileira contar com gás natural em condições de competir com seus concorrentes

estrangeiros vão além dos pontos endereçados pela nova legislação - basilar e necessária - e pelas determinações do Termo de Cessação de Conduta (TCC), assinado no ano passado pela Petrobras e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) definindo as condições para o fim do monopólio da estatal no setor. São etapas fundamentais, mas não suficientes.

Precisamos de firmeza nas diferentes esferas de governo e de regulação para enfrentar, dentro das condições legais e contra os interesses de alguns concessionários, aspectos regulatórios e da legislação para que haja uma alteração significativa nas condições em curso. Para que possamos ter alguma chance de o combustível efetivamente contribuir com a competitividade da indústria e melhora do bem-estar dos brasileiros.

Lucien Belmonte é presidente executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Vidro

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 20/08/2020

Seção: Opinião

Autor:

Título: Inversão de valores entre Defesa e Educação no orçamento

A implantação do teto de gastos, criou a expectativa de inversão de uma nociva praxe orçamentária vigente. Em vez da busca para adequar receitas aos gastos, inflando artificialmente o primeiro, haveria estímulo à decisões racionais sobre os melhores gastos e os cortes menos nocivos, já que as despesas não poderiam mais crescer em termos reais. O pressuposto otimista depende da sabedoria e parcimônia dos congressistas e da escolha das prioridades adequadas pelo Executivo inscrita no orçamento. As coisas não ocorreram bem assim, como demonstram as discussões sobre o orçamento para 2021.

Antes, ao longo do caminho, o Congresso deu um jeito de tornar impositivas as emendas dos parlamentares, retirando do Executivo mais um bom naco da autonomia com que manejava as verbas, que são hoje ainda mais escassas pelos estragos provocados pela pandemia. Boa parte dos recursos encaminhados pelos congressistas não são de livre direcionamento, e sim dirigidos a gastos com saúde e educação. Mas, diante da contenção de despesas, um grupo de pressão a mais entrou na disputa por recursos com vantagens sobre os outros: os militares. O ministro da Defesa, Fernando Azevedo, solicitou ao governo que reservasse para sua pasta 2% do PIB - nenhum ministério terá essa dotação, pelo menos na proposta em debate no governo.

O presidente Jair Bolsonaro, com apoio do Congresso, defendeu logo após a aprovação da reforma da Previdência, novas regras para aposentadoria dos militares que embutiram recomposição generalizada de salários, asseguradas a integralidade e a paridade dos vencimentos entre os da ativa e os da reserva, com uma economia duvidosa de R\$ 1 bilhão por ano nos próximos 10 anos. A reforma no regime geral reduzirá gastos de R\$ 800 bilhões no mesmo período.

Bolsonaro piorou o déficit público de 2019, (R\$ 95 bilhões), ao autorizar no apagar das luzes, em dezembro, gasto extra de R\$ 7,6 bilhões para a capitalização da Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron). Aceitou a ideia de que o orçamento da Defesa não poderia ser contingenciada. A prioridade um do presidente, fora se reeleger, é defender a corporação de militares e policiais, a única coisa que fez em seus 28 anos de atuação no Congresso. A peça orçamentária de 2021 reflete esse desejo. O orçamento planejado para a Defesa será o segundo maior, com R\$ 109,97 bilhões, desbancando o da Educação, com dotação sugerida de R\$ 101,98 bilhões.

Pelas mãos do presidente, a Defesa está tirando as castanhas do fogo dos cortes planejados. Haveria redução de 5% dos recursos para a pasta, ainda assim já superiores ao da Educação. Os militares pediram e Bolsonaro ordenou que lhes destinassem mais R\$ 2 bilhões. O governo tem até o fim do mês para enviar a proposta orçamentária, há disputa interna e o que sair do Planalto não necessariamente é o que o Congresso aprovará.

Ainda assim, a orientação de gastos, em contexto de um Estado quebrado e de rescaldo de uma pandemia, são muito ruins. Há poucos aumentos de dotação, que irão para o Turismo (que incorporou a Cultura), para o Itamaraty, e para a AGU e CGU. Em percentuais, os cortes mais violentos recairão, se forem mantidos, sobre **Minas e Energia (-73,3%)**, Cidadania (-59,3%), Ciência e Tecnologia (-49,8%) e Infraestrutura (-49,4%) - nos dois últimos setores as carências do país são aberrantes.

Bolsonaro e Guedes deram em seguida, em ordem decrescente, um talho de 36,8% na verba do Ministério dos Direitos Humanos e de 28,6% no da Agricultura. E, como se não houvesse necessidades urgentes a serem supridas no meio ambiente, nem indignação generalizada com a destruição da Amazônia, o orçamento do ministério será cortado em 23,5%, após poda mais vigorosa em 2020.

Ainda que em menores percentuais, Saúde e Educação, duas das três pastas com maiores dotações, terão cortes (-4,8% e -13,1%, respectivamente). Na Educação, as verbas para as universidades serão reduzidas e, o que é absolutamente inusual, o MEC pediu redução das próprias verbas em benefício

da Defesa, para dobrar, para R\$ 108 milhões, o programa com escolas comandadas por militares, as cívico-militares (O Globo, ontem).

Antes de Bolsonaro, o Executivo tinha de se esforçar para que austeridade e metas em geral sensatas fossem entendidas e aprovadas pelos parlamentares. Com Bolsonaro, é o Congresso que terá de desentortar o orçamento, que ignora realidades e é enviesado ideologicamente para a Defesa.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	20/08/2020
Seção:	Opinião
Autor:	
Título:	PPSA

Cartas de Leitores

A reportagem “Operação com PPSA reduz risco do petróleo, avalia equipe econômica”, publicada na edição de ontem, 19/08, deu-nos a real dimensão da necessidade e utilidade (?) de determinadas empresas estatais.

De um lado, o Ministério da Economia quer privatizar a empresa PPSA para “mitigar o risco de perda dos ativos da União”, além de que “ela pode virar uma PDVSA”. Por outro lado, o **Ministério de Minas e Energia** é contra essa privatização “dado que a empresa não tem valor”. Ora, se não tem valor, por que existe?

Acredito piamente que a maioria absoluta da população nunca ouviu falar, não conhece e nem sabe a utilidade da PPSA. Explico.

Essa estatal - mais uma! - com o pomposo nome de Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural - Pré-Sal Petróleo” - foi criada no fim do segundo mandato do ex-presidente Lula, por meio da Lei 12.304, de 02/08/2010, com a finalidade de gerenciar os contratos de partilha. Empresa essa absolutamente desnecessária, pois as suas atividades poderiam ser executadas por alguma diretoria da Petrobras ou do MME.

Mas, no Brasil da “nova política”, tudo continua como antes.

Humberto Viana Guimarães

humberto702020@gmail.com

VEÍCULO:	O Estado de S. Paulo
Data:	20/08/2020
Seção:	Colunas
Autor:	Sonia Racy
Título:	Passo a passo

Direto da fonte

A Unidos pelo Brasil – coalizão formada por várias entidades privadas, criada para pressionar União e Legislativo a aprovar projetos de lei visando a recuperação da economia – acaba de abrir amplo painel de monitoramento do Congresso. São 25 páginas detalhando como andam os PLs, mostrando inclusive seus respectivos impactos sobre a economia brasileira.

Passo 2

Luiz Felipe D'Ávila, dirigente do Centro de Liderança Pública – o centro faz parte da coalizão – destaca que dessa listagem, apenas dois PLs já estão aprovados: o marco do saneamento e a Lei do GSF (risco hidrológico). Na boca do gol, estariam a Lei do Gás e Reforma Tributária. E três PLs foram colocados na geladeira: a reforma administrativa, o novo marco do setor elétrico e a PEC Emergencial.

Passo 3

O CLP trabalha para unificar duas propostas de reforma tributária que tramitam no Congresso. Para tentar evitar criação de novo imposto.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 20/08/2020

Seção: Mercado

Autor: Fábio Pupo e Julio Wiziack

Título: União reserva R\$ 4 bilhões para criar estatal de energia

Nova empresa herdaria parte das operações da Eletrobras, a ser privatizada

Governo reserva R\$ 4 bi para criar estatal em privatização da Eletrobras

Medida é primeiro passo na retomada do processo de desestatização, mas Congresso resiste à venda da empresa

Apesar da resistência do Congresso em avançar com a privatização da Eletrobras, o governo reservou R\$ 4 bilhões no Orçamento de 2021 para dar início à execução do plano e criar uma estatal para reunir parte das operações da empresa após a venda.

Os recursos seriam necessários para compor a participação da União no capital da nova empresa e, segundo técnicos que participam das discussões, poderia bancar ao menos parte das obras da usina de Angra 3, paralisadas desde 2015.

Ainda sem nome, a nova estatal seria controladora da Eletronuclear, que administra as usinas nucleares de Angra dos Reis (RJ), e sócia de Itaipu Binacional, em Foz do Iguaçu (PR).

A justificativa para manter essas atividades nas mãos da União é que haveria dificuldades legais para transferi-las integralmente à iniciativa privada.

No caso das geradoras de Angra, a trava está na Constituição. Ela proíbe a exploração privada da energia nuclear — hoje exercida pela Eletronuclear, da Eletrobras.

Já Itaipu é resultado de um tratado entre Brasil e Paraguai. Pelo acordo, a comercialização de energia produzida deve ser feita por empresa de controle da União.

A criação da estatal é discutida após a saída de Salim Mattar, então secretário especial de Desestatização do Ministério da Economia, do governo.

Criticado pela demora nas privatizações prometidas desde a campanha eleitoral, ele atribuiu o fato à falta de vontade política do “establishment”.

A interpretação dos técnicos é que a reorganização em uma nova empresa é mais viável do que discutir aspectos técnicos, regulatórios e políticos para transferir essas atividades para entes privados. Isso poderia atrapalhar ainda mais a privatização da Eletrobras.

Uma saída estudada seria propor a um interessado privado participação de, no máximo, 49% na empresa ou nas usinas.

No caso de Angra 3, China e EUA — que no mundo travam uma disputa comercial e geopolítica — querem ser sócios. Russos e franceses também avaliam entrar nesse negócio.

Por causa do alinhamento estratégico de Jair Bolsonaro (sem partido) com o presidente dos EUA, Donald Trump, os técnicos do Ministério de Minas e Energia que trabalham no projeto de Angra 3 consideram definir barreiras para dificultar o investimento chinês na usina.

Angra 3 foi incluída, em julho de 2019, no PPI (Programa de Parceria de Investimentos).

Porém, ainda não se sabe se o governo voltará a propor uma sociedade à iniciativa privada nesta usina ou se irá contratar um grupo para concluir as obras que estão paralisadas por causa de um esquema de corrupção investigado pela Lava Jato na Eletronuclear.

De qualquer forma, reunir as duas empresas em uma só holding abre espaço para que, no futuro, o governo também aproveite recursos da hidrelétrica para compensar o déficit em Angra.

Essa solução permitiria viabilizar o fomento do governo ao programa nuclear que, na gestão do **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, ganhou força.

A dívida de Itaipu está vencendo, deixando a companhia sem essas obrigações a partir de 2023. Isso, na visão dos que defendem o plano, livraria os consumidores de mais aumentos de tarifa.

Com Itaipu e as receitas de Angra 1 e 2, seria possível concluir Angra 3 e as receitas do conjunto poderiam ser usadas depois para novas obras ou para pagar dividendos ao governo. Estima-se que a usina exigirá investimentos da ordem de R\$ 17 bilhões.

A reorganização de Angra e Itaipu começou a ser planejada no governo Michel Temer (MDB) e foi resgatada na gestão Bolsonaro.

O plano é uma condição para a privatização da Eletrobras e está previsto no projeto de lei do Executivo para a venda da empresa, que libera uma nova estatal para as atividades.

Mas o texto, enviado em novembro de 2019, ainda não avançou. Para prosseguir, depende de aval do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Maia diz que a privatização da Eletrobras é fundamental, mas que há outras prioridades no momento, como a defesa do teto e as reformas. Para ele, o Congresso não deve tratar de assuntos polêmicos agora.

Antes mesmo da pandemia, a privatização da empresa era vista como algo de difícil aprovação. A venda é tratada publicamente como uma prioridade desde o governo Temer.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), reconheceu antes mesmo da chegada do coronavírus que a resistênciana Casa para a aprovação é muito grande.

Mesmo assim, o governo já garantiu ao Ministério de Minas e Energia os R\$ 4 bilhões previstos para a empresa a ser formada. A decisão foi tomada pela JEO (Junta de Execução Orçamentária), formada pelo Ministério da Economia e da Casa Civil.

O governo tem pressa em levar esse plano adiante.

No modelo inicialmente proposto de desestatização da Eletrobras, haveria um aumento de capital na estatal, movimento que não seria acompanhado pela União, atual controladora. Ao decidir não colocar mais recursos, teria sua participação diluída a tal ponto que se tornaria acionista minoritária.

Esse processo deveria gerar algo em torno de R\$ 16 bilhões ao caixa da União, ajudando a amenizar o grave aperto fiscal.

Sob Bolsonaro, Albuquerque decidiu modificar o plano da gestão anterior de forma a torná-lo ainda mais atrativo. A principal mudança foi a retirada do poder de veto da União depois do processo de privatização.

VEÍCULO: O Globo

Data: 20/08/2020

Seção: Opinião

Autor: Ramona Ordonez

Título: Promessa de renascimento da indústria naval foi à pique e terminou na Lava-Jato

Subsidiária de logística de transportes da Petrobras, a Transpetro é fundamental para garantir a chegada de combustíveis a todo o país, com 59 navios próprios, outros afretados e uma rede de 15 mil quilômetros de oleodutos, gasodutos e terminais. Como outras áreas da estatal, sofreu prejuízos com os negócios irregulares descobertos pela Lava-Jato, e passou por mudanças profundas na gestão.

A iniciativa que levou à operação “Navegar é Preciso”, realizada ontem, foi lançada em 2004. O Programa de Modernização e Expansão da Frota prometia o renascimento da indústria naval brasileira, com a construção de 46 navios em estaleiros nacionais, dos quais 16 no Eisa, na Ilhado Governador, no Rio, e no Mauá, em Niterói. Ambos de German Efromovich. O empresário que se orgulhava de contar como foi professor do ex-presidente Lula no Senai manteve “relações perigosas” com a Petrobras desde os anos 1990, quando travou uma longa disputa na Justiça com a estatal, por causa do cancelamento da encomenda de três sondas de perfuração devido ao atraso na entrega.

Nos discursos para propagandear o Promef, o então presidente da Transpetro Sérgio Machado afirmava que, com a “curva de aprendizado” que seria obtida graças ao programa, os estaleiros brasileiros teriam condições de disputar projetos no exterior. Mas as descobertas pela Lava-Jato de indícios de corrupção nos contratos levaram a pique esses projetos.

Em 2016, quando Machado já havia feito a delação que levou à operação de ontem, a Transpetro cancelou a encomenda de 17 navios do Promef, dos quais oito com o Eisa. Fundado em 1845, o estaleiro Mauá, um dos pioneiros da indústria naval brasileira, atualmente está fechado. Como um cemitério de navios, abriga ainda três embarcações. Um, no pátio, tem 60% das obras feitas. Outros dois estão no mar: o “Irmã Dulce”, com 95% da construção concluída, e o “Zélia Gattai” que está 89% pronto.

Depois do naufrágio do Promef, o futuro da Transpetro está em jogo com as mudanças à vista no setor, com a venda de oito refinarias pela Petrobras. As unidades representam cerca de 50% da capacidade de refino da estatal. A Transpetro terá que se reposicionar como prestadora de serviços para outras empresas privadas. Diante de notícias de que poderia ser privatizada, o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, garantiu recentemente que a Transpetro não faz parte dos ativos que estão à venda pela estatal.

VEÍCULO: O Globo

Data: 20/08/2020

Seção: Colunas

Autor: Míriam Leitão

Título: Nova aposta no setor de gás

Com Alvaro Gribel (de São Paulo)

Três pequenos gasodutos mudariam totalmente a oferta de gás no país, se fossem construídos. Na conta dos grandes consumidores dessa energia, a nova lei permitirá essas obras e o estímulo à importação de gás natural liquefeito (GNL). Com isso, a oferta no país crescerá até 60%, derrubando os preços. As distribuidoras têm uma visão mais cautelosa. Alegam que a lei tem avanços, mas o cenário mudou com a pandemia. O relator da proposta na Câmara, deputado Laércio Oliveira (PP-SE), defende seu texto, que seria, em sua opinião, resultado de meses de debates, e admite que novos aprimoramentos podem ser feitos depois da aprovação do projeto de lei (PL).

Olhar todos os lados em qualquer tema ligado à energia demanda paciência. O ministro Paulo Guedes havia dito há mais de um ano que tudo seria fácil, mas as complicações sempre aparecem. Agora, contudo, há muita gente animada. Neste novo marco do gás, que vai substituir o de 2009, as apostas são mais favoráveis. O PL, por exemplo, recebeu o apoio de mais de 60 associações ligadas ao setor industrial, que é o grande consumidor desse tipo de energia.

— No curto prazo, a nova lei facilita a importação de gás liquefeito (GNL), que está com preços baixos internacionalmente, e três pequenos gasodutos podem

aumentar bastante a oferta. Isso deve ajudar a diminuir os preços. Mas a grande diferença acontecerá quando o pré-sal aumentar a produção, daqui a quatro ou cinco anos, e esse PL prepara o país para esse momento — explica Adrianno Lorenzon, gerente de gás natural da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia (Abrace).

Um dos principais pontos do PL é a mudança do regime de concessão para o de autorização. No modelo atual, a agência reguladora elabora o projeto, faz uma licitação e abre para consulta pública. Os especialistas afirmam que nos últimos 13 anos nenhum gasoduto foi construído, por causa do excesso de burocracia. Agora, partirá da empresa privada provocar a agência reguladora, que irá fazer a análise para autorizar ou não as obras. Outra mudança apontada como importante é a obrigação de as companhias — entenda-se Petrobras — compartilharem toda a sua infraestrutura com outras empresas, em caso de subutilização. A ideia, explica o relator do projeto, Laércio Oliveira, é que haja competição em todos os elos da cadeia.

— A agência reguladora terá mais poderes para atuar na sua área de competência. Hoje, a Petrobras vende o gás por um preço fechado. Esse valor compreende parcelas como o custo do gás natural na cabeça do poço, o custo de fazer o escoamento até a costa e o custo de tratamento. O objetivo é que cada etapa desse processo tenha seu preço aberto e haja competição entre os agentes de cada elo da cadeia — disse.

O Brasil hoje consome 80 milhões de m³ de gás por dia, e pelas contas da Abrace mais 50 milhões podem entrar no sistema por aqueles três pequenos trechos: a construção da Rota 3, que vai interligar o pré-sal e a Bacia de Campos ao Comperj, um gasoduto no Porto do Açu, no Rio, e outro no Terminal de Sergipe. Isso poderia ser feito até o final do ano que vem.

— Em Sergipe, o gás chega de navio e fica armazenado em um terminal de gás liquefeito. Apenas um terço desse gás é consumido pela termelétrica de Porto de Sergipe. A ideia é construir um pequeno gasoduto que conecte esse terminal à malha, e com isso o gás excedente possa chegar rapidamente às regiões Sul e Sudeste do país — explica Adrianno Lorenzon.

Há visões divergentes. Na opinião da Abegás e do consultor Adriano Pires, do CBIE, o projeto de lei avança pouco e foi elaborado antes da pandemia, quando o setor de óleo e gás vivia outro momento. Pires argumenta que os investimentos só vão deslanchar se houver garantia de aumento da demanda. Por isso, defende que o PL estabeleça que as termelétricas a gás entrem na base do sistema elétrico, ou seja, que garantam um consumo fixo do produto. O deputado Laércio discorda. Acha que isso é papel da agência reguladora e não deve ser objeto desse projeto de lei.

Há um ano, o setor comemorava um Termo de Compromisso de Cessação (TCC) estabelecido entre o Cade e a Petrobras. Na época, se dizia que era o início do fim do monopólio da empresa. De lá para cá, pouca coisa andou, e a petrolífera foi notificada no final de julho por um possível descumprimento de regras. Agora, as esperanças se voltam a este novo PL do gás.

CAPAS DE JORNAIS



O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA
(1862 - 1927)

Quinta-feira 20 DE AGOSTO DE 2020 R\$ 5,00 ANO 141 Nº 48328

estadão.com.br



NAQUARENTENA

FESTIVAL A CÉU ABERTO

O NaLata Festival Internacional de Arte Urbana reuniu 15 artistas na pintura de murais em 9 prédios e dutos de metrô na região do Largo da Batata. São 3.689m² de arte e a ideia é que o evento entre no calendário cultural da cidade. PÁG. 31

Contágio de covid no País cai pela primeira vez desde abril

Com contaminação em desaceleração, média diária de mortes ficou abaixo de mil durante sete dias consecutivos

Dados do centro de controle de epidemias do Imperial College, de Londres, referência internacional no estudo da pandemia, mostram que, pela primeira vez desde abril, o ritmo de transmissão da covid-19 está em desaceleração no Brasil. A média diária de mortes confirmadas por covid-19 ficou abaixo de mil vitimas durante sete dias. Conforme os dados coletados pelo consórcio de veículos de imprensa, a média móvel oscilou nos últimos dias entre 963 e 989. De acordo com estatísticas verificadas des-

de domingo pelo Imperial College, a taxa de contágio no País está em 0,98, número que indica para quantas pessoas um paciente infectado transmite o novo coronavírus. O Brasil deixa a zo-

na vermelha pela primeira vez depois de 16 semanas consecutivas com taxa de transmissão acima de 1. De acordo com o virologista Eduardo Flores, da Universidade Federal de Santa Maria (RS), a nova configuração indica estabilidade da pandemia e pode apontar decréscimo lento. "O número 0,98 ainda não permite grande otimismo. Mas existe leve tendência de decréscimo. Nas próximas semanas e nos próximos meses, o número de casos e mortes deve cair", disse. METRÓPOLE / PÁG. A19

● A pandemia no Brasil (levantamento do consórcio de imprensa)

TOTAL DE MORTES	111.189
NOVOS REGISTROS DE MORTES EM 24H, ATÉ AS 20H DE ONTEM	1.170
MÉDIA MÓVEL DE MORTES (7 DIAS)	989
TOTAL DE TESTES POSITIVOS	3.460.413
NOVOS CASOS DETECTADOS EM 24H, ATÉ AS 20H DE ONTEM	48.541
TOTAL DE RECUPERADOS*	2.615.254

*NÚMERO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

Governo deve estender corte de jornada e salário

Por meio de decreto, o governo deve ampliar em 60 dias o período para que empresas e empregados firmem contratos para redução proporcional de jornada e salário e suspensão temporária do contrato de trabalho. Desde abril, 9,6 milhões de trabalhadores formais tiveram salários reduzidos ou contratos suspensos. ECONOMIA / PÁG. B4

● Auxílio emergencial
O governo deve prorrogar o pagamento do auxílio emergencial. Os valores estão sendo estudados. PÁG. B4

NOTAS & INFORMAÇÕES

Orçamento sem truques

Jair Bolsonaro e sua equipe chegaram a agosto sem responder com clareza a algumas perguntas básicas sobre o Orçamento de 2021. PÁG. A3

Imunidade parlamentar e a lei

É bom quando se impede que a malícia vires garantia. PÁG. A3

Tempo em SP 22° Min. 30° Máx.



Lava Jato prende irmãos sócios na Avianca

Germã e José Efromovich, sócios na Avianca, foram presos sob suspeita de pagar R\$ 10 milhões a Sérgio Machado, então presidente da Transportes. Em troca, uma das empresas dos irmãos, o Estaleiro Ilha, seria beneficiada. POLÍTICA / PÁG. A4

William Waack

Capitão errático no comando em Brasília corre o risco de confundir rumo com deriva. POLÍTICA / PÁG. A12

Zeina Latif

Auxílio emergencial não é única razão para a aprovação de Bolsonaro crescer entre os mais pobres. ECONOMIA / PÁG. B4



Repressão, remédio venezuelano contra vírus

Agente da Guarda Nacional alerta sobre covid-19 nas ruas; sob alegação de combater o vírus, principal alvo do regime chavista são venezuelanos que retornam após perder o emprego no exterior. INTERNACIONAL / PÁG. A15

Mercado recua e Volks negocia demissões no País

A Volkswagen negocia corte de funcionários em suas quatro fábricas no País. A montadora diz que é preciso se adequar à demanda. A empresa emprega 15 mil funcionários e, segundo sindicatos, o excedente seria de cerca de 5 mil pessoas. ECONOMIA / PÁG. B1

Marcas Mais

EM CONSTANTE TRANSFORMAÇÃO

Marcas preferidas do País se adaptam à realidade. ESPECIAL

FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921



UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 100 * Nº 33.377

QUINTA-FEIRA, 20 DE AGOSTO DE 2020

R\$ 5,00

Pessimismo com economia atinge 40%, diz Datafolha

Quatro em cada dez brasileiros (41%) têm a avaliação de que a situação econômica do país vai piorar nos próximos meses, com aumento do desemprego, avanço da inflação e perda do poder de compra, aponta pesquisa Datafolha. O pessimismo é o maior já registrado pelo instituto no governo do presidente Jair Bolsonaro. Para 29%, a situação do país vai melhorar. Mercado A20

Ilustrada B8
Músicos declaram guerra ao governo e ao setor hoteleiro por direitos autorais

Guia B12
Em edição online, Festival de Curtas começa com 212 filmes gratuitos

Esporte B15
Bayern quebra jejum e chega à final da Champions contra o PSG no domingo

União reserva R\$ 4 bilhões para criar estatal de energia

Nova empresa herdaria parte das operações da Eletrobras, a ser privatizada

O governo federal reservou R\$ 4 bilhões no Orçamento de 2021 para dar início à execução do plano de privatização da Eletrobras e criar uma estatal que reuniria parte das operações da empresa após sua venda.

O processo, no entanto, tem sofrido forte resistência dentro do Congresso.

A nova estatal seria controladora da Eletrobrás, que administra as usinas nucleares de Angra dos Reis (RJ), e sócia de Itaipu Binacional, em Foz do Iguaçu (PR).

A justificativa para manter essas atividades nas mãos da União é que haveria dificuldades legais para transferi-las à iniciativa privada.

Os recursos previstos no ano que vem seriam necessários para compor a participação da União no capital da empresa a ser criada e, de acordo com técnicos que participam das discussões, poderiam bancar ao menos uma parte das obras da usina de Angra 3, que estão paralisadas desde 2015.

Na semana passada, Salim Mattar, então secretário especial de Desestatização, deixou o cargo diante da demora nas privatizações prometidas desde a campanha de Jair Bolsonaro. Mercado A15

Dória anuncia que vai capitalizar Sabesp, e ações caem mais de 10% A16

Crescem ansiedade e tristeza em jovens, aponta pesquisa

Terceira fase de pesquisa nacional do Datafolha que acompanhou crianças e jovens do ensino público ao longo do isolamento revela que somam 74% aqueles que se sentem tristes, ansiosos ou irritados. A falta de motivação, que em maio atingia 46%, chegou a 51% em julho. Saúde B1

Comércio poderá funcionar por até 8 horas em SP

O governo João Dória (PSDB) anunciou ontem que aumentará o horário máximo de funcionamento de estabelecimentos comerciais de seis para oito horas no estado de São Paulo a partir de amanhã. As prefeituras de cada município devem autorizar a mudança. Saúde B2



Foto: Edições/AFIP

NORTE DA CALIFÓRNIA, NOS EUA, ENFRENTA INCÊNDIOS FLORESTAIS

Casa em chamas na região de Vacaville; moradores tiveram de sair de casa devido ao fogo descontrolado, que se alastrou com o calor e o tempo seco

Professora que negou estupro de menina é demitida

A Secretaria da Educação do Estado de SP demitiu uma professora de educação básica da rede estadual que publicou em rede social mensagens dizendo que o caso da menina de dez anos estuprada no ES "não foi nenhuma violência". "Deve ter sido bem pagu", escreveu. cotidiano B6

Turismo B14
Turistas no exterior encontram voos lotados e piscinas cheias na pandemia

Turismo B14
Em retomada no sul da Bahia, hóspede é recebido com álcool em gel e termômetro

Romero Britto Minha missão é alegrar o mundo

Fui vítima de uma pessoa que foi a uma de minhas galerias e premeditadamente quebrou uma obra de arte. Jamais tive a intenção de desrespeitar alguém. Nos vídeos divulgados há uma violência contra um artista, e o tribunal da internet fazendo apologia do ódio. Opinião A5

Bolsonaro defende 'meio-termo' para estender auxílio

Jair Bolsonaro indicou que o governo deve ampliar o auxílio emergencial até o fim do ano em pagamentos inferiores a R\$ 600, mas disse que considera baixo o valor de R\$ 200 mensais defendido por Paulo Guedes. "Dá para chegarmos no meio-termo", afirmou. Mercado A19

No NE, presidente é 'pai dos pobres' ou 'pai de corrupto'

A Folha ouviu famílias de baixa renda na Bahia e em Sergipe sobre Jair Bolsonaro, cuja popularidade avançou no Nordeste, e colheu opiniões conflitantes. Há desde os que o elogiam pelo auxílio emergencial até aqueles que destacam as acusações de corrupção na família. Poder A6 e A7

Decano do STF, Celso de Mello tira licença para tratamento de saúde

Governo avalia estender suspensão de contrato e corte de salário A20

Volkswagen negocia demissão de 5.000, afirma sindicato A20

71% do desmatamento da mata atlântica estão em 3% das cidades B7

ENTREVISTA David Cutler Saúde privada implica muito mais custos

Para o professor de economia de Harvard, políticas do setor precisam se concentrar em gastar com mais eficiência, e a polarização é inevitável. "A fragmentação aumenta os gastos médicos; isso não quer dizer que não tenha nenhuma vantagem (...). No entanto, sistemas fragmentados têm mais custos administrativos." Saúde B4

Rivaldo Gomes/Folhapress



POUPATEMPO REABRE OITO UNIDADES EM SÃO PAULO

Pessoas fazem fila no Poupatempo da Sé, na zona central da cidade; retomada do atendimento presencial vale para alguns serviços, como emissão de RG e primeira CNH, com agendamento

PF prende donos da Avianca por supostos desvios na Transpetro

A PF prendeu Germán e José Efromovich, principais acionistas da Synergy Group, dona da Avianca. Há suspeita de corrupção e lavagem em compra e venda de navios em contratos firmados pela Transpetro. Eles negam. A10

EDITORIAIS A4

Confusão epidêmica

Sobre alta do otimismo com evolução da Covid-19.

Direito ao aborto
Acerca de caso chocante de menina estuprada.

AUDIÊNCIA/MÊS

PÁGINAS VISTAS 197.389.357
VISITANTES ÚNICOS 36.715.131

ISSN 1413-2723

9 771414 572050 3 3377

Pandemia no Brasil

Brasil
Casos 3,5 mil 41,4 mil -5,6%
Óbitos 111,2 mil 989 -4,3%
Dados das 20h de 19 ago **Média móvel de 7 dias **Em relação a 14 dias

Estágios da pandemia

■ Acelerado
■ Estável
■ Desacelerado
■ Reduzido



Estados com mais óbitos

1º SP 27,6 mil
2º RJ 14,9 mil
3º CE 8,2 mil

Situação nos municípios

■ Acelerado
■ Desacelerados
Goiânia (GO) Brasília (DF)
S. José dos Campos (SP) Campinas (SP)
C. de Goytacazes (RJ) Teresina (PI)
Belford Roxo (RJ) Curitiba (PR)

Rodada do Brasileiro: Gabigol marca de pênalti no fim e Flamengo empata com o Grêmio 1 a 1. Fluminense é derrotado pelo Bragantino por 2 a 1



Sem surpresa: Bayern vence e vai à final com PSG

O GLOBO

Artes: Mariana/30% FCB/20% (2004, 2005) Mariana/30% FCB/20% (2004, 2005) Mariana/30% FCB/20% (2004, 2005)

MAIS RISCOSA O TETO

Senado derruba veto que impede reajuste a servidores

Guedes diz que é 'crime contra o país'. Votação na Câmara será hoje

O Brasil libera a economia para voltar a crescer, mas não custa lembrar que o Brasil não é um país rico. O Brasil não é um país rico. O Brasil não é um país rico.

projeto de lei que prevê o reajuste de 10% para os servidores públicos. O projeto de lei que prevê o reajuste de 10% para os servidores públicos. O projeto de lei que prevê o reajuste de 10% para os servidores públicos.

do projeto de lei que prevê o reajuste de 10% para os servidores públicos. O projeto de lei que prevê o reajuste de 10% para os servidores públicos. O projeto de lei que prevê o reajuste de 10% para os servidores públicos.

Suspensão de contrato deve ser estendida por 60 dias

A pedido do governo, o contrato de prestação de serviços de consultoria e assessoria de imprensa do ex-ministro da Saúde, Luiz Henrique Medeiros, deve ser suspenso por 60 dias.

Notações, Câmara vota a suspender proteção de dados

Para ser aprovada, a Lei 13.709/2018, que trata da proteção de dados pessoais, precisa ser aprovada pelo Senado.

Câmara vota a suspender



UNICOM: PELA CENSO, suspensão pode levar a perda de alta em facilidade

Auxílio: governo quer extensão com parcelas de R\$ 250

O presidente Jair Bolsonaro quer prorrogar o auxílio emergencial até o fim do ano, com parcelas de R\$ 250. Ele quer que o auxílio seja pago em parcelas de R\$ 250.

MORTE POR COVID-19: Um só caso de morte por COVID-19

COVID-19: Um só caso de morte por COVID-19

COVID-19: Um só caso de morte por COVID-19

COVID-19: Um só caso de morte por COVID-19



Crianças têm alto potencial de disseminar vírus

Um estudo realizado em crianças de 5 a 11 anos mostrou que elas têm um alto potencial de disseminar o vírus da COVID-19.

NOTÍCIA NOVO

Estado libera retorno de alunos em rede privada em 14 dias

Contágio disseminado no país pela primeira vez desde abril

Segundo o governo, o contágio foi detectado em um caso de COVID-19 em um aluno de uma escola privada.

NOTÍCIA NOVO

Uma guia para tirar dúvidas sobre a volta às aulas com segurança

BRASILHO DO COPACABANA

O filho do Copacabana Palace está de volta

O filho do Copacabana Palace, o jovem João Paulo, está de volta ao Brasil após um período de tratamento nos Estados Unidos.

It was a big day for the city of Rio de Janeiro.



Alerj convoca presidente do PSC a depor

O governador Alckmin convocou o presidente do PSC, Paulo Roberto Costa, para depor sobre o caso da filha do governador.

NOTÍCIA NOVO

Mentira tem alta após aborto e teste positivo de COVID-19

www.correiobraziliense.com.br

LONDRES, IRON, HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA, BRASÍLIA, 1960, ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 20 DE AGOSTO DE 2020

NÚMERO 20.907 • 26 PÁGINAS • R\$ 2,50

Senado garante aumento a servidores na pandemia

Numa demonstração de que a reforma administrativa sonhada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, dificilmente passará no Congresso Nacional, senadores derrubaram, ontem, veto de Bolsonaro que impedia a concessão — devido à crise causada pela pandemia do novo coronavírus — de aumento salarial a

servidores da saúde e da segurança. Além disso, abriram brecha para favorecer um grupo maior de funcionários públicos. "É um crime com o país", reagiu Guedes, ao saber do resultado da votação. Caso a decisão do Senado seja referendada pela Câmara dos Deputados, o governo estima um rombo em torno de R\$ 130 bi-

lhões para os cofres públicos. "Não estava previsto isso (o veto) vir para a Câmara. Agora, ganhamos tempo para dialogar com os líderes e articular a manutenção do veto", disse o líder do governo na Casa, Ricardo Barros (PP-PR). Somente após essa votação é que a liberação do reajuste pelo Congresso será definitiva.

PÁGINA 4

GDF adia volta às aulas presenciais na rede pública

A Secretaria de Educação anunciou, ontem, que a retomada das atividades nas escolas da rede oficial de ensino só ocorrerá quando "estivermos em condições epidemiológicas perfeitas para isso". Enquanto isso, o governo reforçará o alcance do ensino a distância e reformará alguns colégios. Ontem, o Distrito Federal registrou 51 mortes e 1.592 novos casos de covid-19.

PÁGINA 15

Mauricio Ferraz/CEB/DA Press



Pausa para reencontrar a natureza

Com máscara, distanciamento e outros cuidados, o grupo de dança da professora Juliana Borges ensaia no Parque Dom Bosco. É o momento que as bailarinas têm para sair de casa e desestressar na pandemia. Muitos brasilienses têm buscado parques para relaxar ao ar livre neste longo período de isolamento social.

PÁGINA 19

Crianças carregam altas taxas de covid

Pesquisa mostra que a quantidade de vírus no corpo de pessoas mais jovens infectadas, mesmo sem apresentar sintomas, chega a ser maior que a encontrada em adultos internados na UTI. A descoberta confirma a condição delas de "transmissores silenciosos" do coronavírus. Estudo pode impactar em decisões sobre volta às aulas. PÁGINA 12

Gustavo Viana/CEB/DA Press



Coragem contra a crise

Alan e João Gabriel abriram uma lanchonete durante a pandemia. Eles estão entre os 24 mil empresários que se arriscaram a empreender, entre março e agosto, no DF, mesmo com as restrições impostas ao setor produtivo. PÁGINA 17

Vitor Silva/Rede Globo



Botafogo doma o Galo

Glorioso suporta pressão do Atlético-MG, no Rio, não desperdiça as oportunidades e impõe a primeira derrota ao time de Sampaoli. PÁGINA 22



Nudez na berlinda

Classe artística condena projeto aprovado pelos distritais que proíbe, em espaços públicos, eventos e manifestações com suposto teor pornográfico e ataques a símbolos religiosos. A matéria ainda terá nova votação, mas é encaráda pela área cultural como ameaça à democracia e à liberdade de pensamento. Defensores da proposta negam a intenção de censura à arte. PÁGINA 22

Auxílio será prorrogado, só falta fixar o novo valor

Intenção de estender o benefício até o fim do ano foi confirmada por Bolsonaro e pelo ministro Paulo Guedes. Mas nova parcela de R\$ 600 estaria descartada porque o governo não teria recursos suficientes. "Dá pra chegar a um meio termo", disse o presidente. PÁGINA 6

Edilson Curi/DA Press



Vida nova à menina que foi estuprada

Ao CB.Poder, o governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, disse que criança que passou por aborto entrará em programa de proteção de vítimas. Hoje, o CB.Saúde recebe o médico, Luciano Lourenço, do Hospital Santa Lúcia Sul. PÁGINA 9

Mourão ironiza o ator DiCaprio

Após astro dizer que Amazônia está queimando, vice-presidente o rebate e o convida para "marcha de oito horas pela selva". PÁGINA 4



CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 • assinante.df@daabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

VerCapas.com.br

(61) 99256.3846

DIÁRIOS ASSOCIADOS DA

MME / ASCOM .